



Senado confirma crédito para municípios em calamidade

Waldemir Barreto/Agência Senado



Projeto foi aprovado com emendas, como a que prevê repactuação de dívidas das prefeituras com a Previdência Social

Medida provisória foi aprovada, com emendas, e segue para sanção. Proposta ainda aumenta de R\$ 300 para R\$ 400 o auxílio emergencial do Programa de Resposta a Desastres, que no Nordeste beneficia 500 mil famílias

O governo fica autorizado a instituir linha de crédito especial para os setores produtivos das cidades atingidas por calamidades públicas, e as prefeituras poderão repactuar as dívidas com a Previdência Social.

O texto aprovado recebeu apoio de senadores da base aliada e da oposição, que concordam em afastar qualquer possibilidade de veto.

Segundo os parlamentares, o projeto atende necessidades de regiões nordestinas atingidas pela seca e inclui emendas como a que garante crédito para produtores rurais de mais de 500 municípios da região Sul, onde a estiagem começou em novembro.

Hoje deve ser votada medida provisória que destina recursos para municípios atingidos pela seca e por chuvas intensas. **5**

PEC dos Precatórios deve ser votada esta semana, diz Braga 5

Venda de lanches com brinquedo de brinde pode ser proibida 6

Comissão aprova fim de contrato para remessas de até US\$ 10 mil 8

Ministro defende estímulo à fixação de doutores na Amazônia 4



Ao lado de Paulo Teixeira, Vital do Rêgo e Odair Cunha, ex-diretor do Dnit Luiz Antônio Pagot (E) fala à CPI do Cachoeira

Pagot diz que pediu a empresas doações para o PT 7

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Márcia Kallume/Agência Senado



Suplicy (de pé) conversa com Rollemberg em debate da CMA que recebeu Ladislau Dowbor (PUC-SP) e Maurício Piragino (Escola de Governo de São Paulo)

Especialistas querem índice de desenvolvimento sustentável

Reunidos em debate ontem, na Comissão de Meio Ambiente, analistas defenderam a criação de um índice alternativo ao PIB, que incluía variáveis sociais e ambientais. **4**



Ao lado do padre Robson, Sarney (D) ouve o presidente da Rede Vida de Televisão, João Monteiro de Barros Filho (2º à esq.)

Católicos pedem apoio para construção de basílica

Primeira etapa da obra em Goiás foi concluída ontem. Religiosos justificam a necessidade do novo santuário pelo aumento da quantidade de peregrinos e ressaltam apelo turístico do local

O PRESIDENTE DA Rede Vida de Televisão, João Monteiro de Barros Filho, visitou ontem o Senado em companhia do padre Robson de Oliveira, reitor do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, que está sendo construído no município de Trindade (GO).

Eles apresentaram ao presidente do Senado, José Sarney, o andamento das obras do santuário, iniciadas em 9 de abril. A primeira etapa — de terraplenagem — foi concluída ontem. A expectativa é de que em setembro seja iniciada a fase de edificação

das fundações.

Segundo o padre Robson, a construção do novo santuário se justifica pelo aumento da quantidade de peregrinos que vão a Trindade.

— Viemos falar com o presidente do Senado para que tenhamos dele sua comunhão cada vez maior. Contamos com o apoio dele em tudo que for possível, como pessoa, como família, para que possamos dar andamento a esse projeto tão bonito de evangelização — disse padre Robson.

Barros Filho lembrou que durante o mandato de Sarney

na Presidência da República foi outorgado o canal em São José de Rio Preto (SP) para a implantação da Rede Vida de Televisão. Ele informou ainda que a TV está em campanha para arrecadar recursos para a obra e destacou o apelo turístico do templo.

— A partir do momento que tivermos o Santuário Basílica do Pai Eterno em Trindade, o Brasil também receberá milhões e milhões de turistas do mundo inteiro, que virão conhecer a casa do Pai Eterno — explicou o presidente da Rede Vida.



Doris Peixoto (D) discursa para os novos servidores na cerimônia de posse

Mais 39 concursados tomam posse no Senado

Tomaram posse ontem mais 39 candidatos aprovados no concurso público realizado pelo Senado no primeiro semestre. Eles assumem os cargos de analista legislativo e consultor legislativo em 11 áreas diferentes. Todos os aprovados para técnico legislativo já foram empossados, com exceção dos policiais legislativos, cujo resultado do concurso ainda não foi homologado.

Essa é a quinta cerimônia para receber novos servidores. A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, disse contar com a ajuda dos colegas para

continuar prestando um serviço público focado na qualidade e excelência e os estimulou a “fazer a diferença”. Ela também falou sobre a importância da boa política para a sociedade e ressaltou os benefícios da renovação.

— Vocês vão colaborar com novas perspectivas, novas formas de agir e novos olhares sobre as nossas “velhas” questões. E nós vamos mostrar nossa cultura, nossos costumes e nossa expertise — disse.

Após assinarem os termos de posse, os servidores foram cumprimentados pelos diretores ou representantes das

unidades onde serão lotados.

A posse passou a ser realizada em eventos solenes em 2012 e se soma ao programa de integração. Uma vez empossados, eles visitam as dependências do Senado e fazem um curso sobre a instituição. O objetivo é integrá-los à cultura organizacional e proporcionar conhecimentos básicos para as atividades.

Já foram preenchidas 171 das 246 vagas estabelecidas pelo edital. Segundo a Secretaria de Recursos Humanos, devem ser realizadas, pelo menos, mais duas solenidades para receber todos os aprovados.

Jucá: atendimento a servidor com responsabilidade fiscal

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu ontem uma solução negociada para as greves no serviço público federal, mas ressaltou que o atendimento das reivindicações precisa se manter nos limites da responsabilidade fiscal.

— Defendemos o diálogo, sabendo que a dificuldade do governo é grande — sublinhou o parlamentar, afirmando que medidas de desoneração de tributos e estímulo à economia têm diminuído a receita.

É fundamental, assinalou Jucá, buscar um entendimento a favor da população, o que demanda um debate



transparente entre o governo e os servidores.

Paim

Também em discurso ontem, Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender a regulamentação urgente da greve de servidores públicos. Ele destacou que projeto de sua autoria (PLS 84/07) sobre o tema aguarda designação de relator na CCJ, mesmo já tendo sido votado por duas comissões do Senado.

O senador disse que recebeu com estranheza a notícia de que projeto de teor semelhante (PLS 710/11), apresentado pelo senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), tramitará apenas pela CCJ.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Socorro contra a seca

14h Votação da MP 569/12, que concede crédito de R\$ 688 milhões para municípios do Nordeste atingidos pela seca.

PRESIDÊNCIA: Transportes

11h José Sarney recebe o presidente-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários, Rodrigo Vilaça. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

CÓDIGO FLORESTAL: Destaques

8h Comissão mista que analisa a MP 571/12, que alterou o novo Código Florestal, vota requerimentos de destaques.

PARLATINO: Reuniões de comissões

9h No Interlegis, abertura das reuniões de comissões do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), organização integrada pelos parlamentos da América Latina.

AVIAÇÃO CIVIL: Serviços auxiliares

9h A Subcomissão Temporária da Aviação Civil debate aviação agrícola e empresas de serviços auxiliares de transporte aéreo.

CAS: Imunização contra HPV

9h Análise de projeto sobre imunização contra o papilomavírus (HPV) pelo SUS e de proposta sobre reconstrução imediata da mama por cirurgia plástica reparadora.

CCT: Celulares bloqueados

9h Análise de restrição ao bloqueio de celulares para chips de outras operadoras e de autorizações de emissoras de rádio e televisão em diversas regiões do país.

CDH: Psicofobia

9h Debate sobre o tema “Psicofobia é um crime?”, com a presidente da Associação Brasileira do Déficit de Atenção, Iane Kestelman.

CAE: Comissão de Valores Mobiliários

9h Votação de crédito externo para setor público e sabatina de Leonardo Pereira para a Comissão de Valores Mobiliários.

CCI: Porte de arma

10h Análise de porte de arma a carreiras do setor público e indicação de Luiz Gomes Júnior para o Conselho do Ministério Público.

CE: Greve dos professores

10h Debate sobre a greve dos professores federais. Às 14h30, debate sobre diversidade sexual e direitos humanos.

CPI DO CACHOEIRA: Cavendish

10h15 Depoimentos do ex-presidente da Delta Fernando Cavendish e do ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza.

CI: Indústria petrolífera

14h Análise de 32 itens, entre eles substitutivo ao projeto que prorroga incentivos à indústria petrolífera.

CDR: Estatuto da Cidade

14h Votação de projeto que inclui critérios de classificação dos espaços urbano e rural no Estatuto da Cidade.

FÓRUM BRASIL-EUROPA: Abertura

16h Abertura do 19º Fórum Brasil-Europa, que terá como tema “ Migração no século 21: desafios e oportunidades”.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Requião recorrerá ao STF para suspender criação da estatal dos transportes

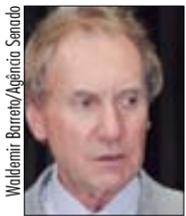


Waldemir Barreto/Agência Senado

Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que vai protocolar petição ao Supremo Tribunal Federal demonstrando ilegalidade na criação, pelo governo federal, da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), a estatal dos transportes, e da nomeação prévia de Bernardo Figueiredo para presidi-la.

Para o senador, a criação lesou princípios constitucionais, ofendeu o processo legislativo com desrespeito ao Senado e violou o princípio da tripartição dos Poderes.

Casildo afirma que Projeto Sul Competitivo promoverá ações prioritárias na região



Waldemir Barreto/Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou ontem o lançamento do Projeto Sul Competitivo, na Confederação Nacional da Indústria, com a presença de Luiz Henrique (PMDB-SC) e Paulo Bauer (PSDB-SC).

O projeto traz ações consideradas prioritárias para a região, bem como o investimento necessário para a implantação e o prazo previsto para o retorno do investimento. De acordo com o senador, trata-se de integrar os sistemas de logística com energia, telemática e material humano.

Ângela Portela denuncia baixa qualidade da internet banda larga em Roraima



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela Portela (PT-RR) denunciou a péssima qualidade da internet banda larga ofertada na região Norte, em especial em Roraima, pela Oi.

— O Plano Nacional de Banda Larga quer ofertar preço, cobertura e velocidade. A Oi, que deveria atender Roraima, não preenche nenhum desses requisitos. O povo de Roraima sofre com um serviço lento, caro e instável — afirmou.

Para a senadora, o problema atinge Roraima por ser um estado isolado e vulnerável às políticas das operadoras.

Senado vai aumentar número de exemplares de obras em braile



Sarney (C) preside reunião da Mesa do Senado que ampliou prazo para emendas ao Código Florestal

Jonas Pereira/Agência Senado

Edições serão produzidas pela Gráfica do Senado de acordo com a demanda crescente de bibliotecas e instituições dedicadas ao atendimento de deficientes visuais em todo o país

PARA ATENDER À demanda nacional, será aumentada a quantidade de obras que o Senado publica em braile, sistema de leitura com o uso do tato desenvolvido para deficientes visuais. Hoje, toda publicação da Casa tem 30 exemplares em braile impressos pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (a Gráfica do Senado). Esse número, no entanto, não é suficiente para atender os pedidos de bibliotecas e instituições que atendem deficientes visuais em todo o país.

Agora, essas edições serão produzidas de acordo com a demanda e a capacidade do parque gráfico do Senado, sem quantidade de exemplares definida.

Essa foi uma das decisões da Mesa do Senado durante reunião ontem. Foram discutidos, entre outros, temas como a ampliação do prazo para apresentação de emendas ao projeto do novo Código Penal.

Reajuste

A Mesa acatou o entendimento entre sindicatos e o governo federal sobre o reajuste para os servidores públicos federais. Assim, os servidores efetivos e comissionados do Senado também terão direito a um aumento de 15,8% para corrigir perdas inflacionárias. O reajuste, autorizado pelo Executivo, se dará nos próximos três anos (5% ao ano). O impacto na folha de pagamentos do Senado em 2013 foi calculado em R\$ 132 milhões. O colegiado apresentará projeto de lei para autorizar o reajuste, que não se aplica aos subsídios recebidos pelos senadores.

A Mesa autorizou também o uso acumulado em até três anos das verbas para tratamento de saúde de ex-senadores e dependentes e consolidou regras de ressarcimento de dívidas de servidores com o Senado, definindo de maneira mais clara os procedimentos internos sobre o assunto.

Mesa do Senado aprova pedidos de informações a ministros e à Petrobras

A Mesa do Senado aprovou diversos requerimentos de informações, como o de Pedro Taques (PDT-MT) ao ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, sobre a realização de obras e serviços de engenharia com recursos da União em trechos de rodovias e ferrovias submetidos a regime de concessão ou arrendamento a empresas privadas e relativas à subconcessão do trecho Açailândia-Palmas da Ferrovia Norte-Sul, licitada em 2007.

Dois requerimentos de Paulo Bauer (PSDB-SC) sobre a conjuntura comercial entre Brasil e Argentina foram aprovados. O primeiro é endereçado ao ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, e o segundo, ao ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel.

Também foi aprovado o pedido de informações ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a respeito de patrocínios culturais da Petrobras em pleno ano de redução de lucros. Ricardo Ferraço (PMDB-ES), autor do requerimento, lembrou que a estatal reduziu em 2012 as previsões de lucros e produtividade em cerca de 30% nos próximos três anos e deverá implantar programa de aumento de eficiência, mas não vai rever a política de patrocínios. Por isso, o senador quer informações mais precisas sobre os patrocínios em 2012 e o que foi praticado nos

quatro anos anteriores.

Foi acatado ainda o pedido de informações ao Ministério do Planejamento sobre as compensações que estados e municípios terão com as perdas pela redução da alíquota da Contribuição de Intervenção Sobre o Domínio Econômico (Cide) - Combustíveis. Aécio Neves (PSDB-MG), autor do requerimento, quer saber quais serão as compensações para estados e municípios com a redução a quase zero da alíquota. A redução anunciada pelo governo tem o objetivo de evitar que o reajuste dos preços dos combustíveis seja repassado para o consumidor final, mas prejudica o orçamento dos demais entes federados, já que uma parte da arrecadação da Cide cabe a eles.

Também foram aprovados outros requerimentos, como o de Jorge Viana (PT-AC) sobre a situação atual do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e o de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sobre a fiscalização da área de fronteira de Amazonas e Roraima com outros países, mais especificamente nas terras indígenas dos ianomâmis.

Além do presidente José Sarney, participaram da reunião Marta Suplicy (PT-SP), Waldemir Moka (PMDB-MS), Cícero Lucena (PSDB-PB), João Ribeiro (PR-TO), João Vicente Claudino (PTB-PI), Ciro Nogueira (PP-PI) e João Durval (PDT-BA).

São Paulo quer massacrar competitividade da Zona Franca de Manaus, diz Nascimento

Alfredo Nascimento (PR-AM) acusou o governo de São Paulo de adotar "postura desleal" contra o Amazonas ao ajuizar no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que pede a suspensão dos incentivos fiscais relativos à desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos e serviços de empresas da Zona Franca de Manaus.

A medida, afirmou o senador,

impedirá o desenvolvimento do Amazonas e prejudicará Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Bahia, também questionados por São Paulo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Ao que tudo indica, a ação objetiva aumentar a arrecadação de São Paulo. Para tanto, o governo paulista quer massacrar a competitividade da Zona Franca de Manaus, de forma a induzir que as indústrias instaladas ou novos negócios no Amazonas migrem para São Paulo — disse.

Para Vanessa, Amazonas não pratica guerra fiscal, pois Zona Franca é regime de exceção

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem a Zona Franca de Manaus, negando que o Amazonas pratique guerra fiscal.

— O Amazonas é o único estado que tem bases legais para conceder incentivos fiscais. Aliás, este é o próprio fundamento de sustentação da Zona Franca: o que é uma zona franca senão um regime de exceção? — indagou a senadora, ao referir-se à ação direta de inconstitucionalidade impetrada pelo



Waldemir Barreto/Agência Senado

governo de São Paulo para questionar incentivos concedidos às empresas da Zona Franca. Segundo ela, a medida coloca em risco os empregos. "E a Universidade do Estado do Amazonas, que sobrevive com recursos da Zona Franca, também está ameaçada", disse Vanessa.

— Em torno de 98% da cobertura florestal do meu estado preservados são frutos desse modelo que tira a pressão da floresta e permite a geração de emprego.

Especialistas defendem índice para medir desenvolvimento sustentável

Em debate ontem, PIB foi considerado insuficiente para avaliar as necessidades do planeta, como uso racional dos recursos e combate à pobreza

SE HÁ CONSENSO sobre as limitações do produto interno bruto (PIB) para medir as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, o mesmo não se pode dizer sobre a construção de um futuro substituto para o índice. Em debate ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA), especialistas avaliaram que o PIB deve continuar em uso, mas ao lado de um conjunto de indicadores que levem em conta os pobres, a natureza e as gerações futuras.

Para o professor Ladislau Dowbor, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o PIB é inadequado por medir apenas o fluxo de uso dos fatores de produção, sem registrar se esse uso é útil a quem beneficia, se tem sido distributivo e que impactos tem causado ao meio ambiente. Com base nesse indicador, frisou, não é possível construir políticas públicas eficientes.

O presidente da Escola de Governo de São Paulo, Maurício Jorge Piragino, concorda e enfatiza que a construção de novos indicadores não deve ser exclusividade de alguns



"No método atual, a poluição é ótima para a economia", diz Dowbor, observado pelo senador Rollemberg e por Piragino

setores, devendo envolver toda a sociedade.

Piragino aponta a necessidade de novos indicadores refletirem a diversidade de situações do Brasil e as desigualdades regionais.

— As médias não interessam ao Brasil. Precisamos de indicadores que indiquem o quanto de desigualdade há e como superá-las — disse.

Para reforçar esse argumento, Dowbor brincou, dizendo que, se ele comer um frango inteiro e sua esposa ficar olhando, a média dirá que ambos tiveram ótima refeição.

O professor da PUC-SP lembrou que o PIB foi criado após a 2ª Guerra Mundial, com o propósito de medir o ritmo de reconstrução da Europa, contabilizando, por exemplo, o uso de cimento e ferro. Para o contexto atual, disse, o uso do índice não é adequado.

— Nós colocamos um contador de velocidade da nossa espaçonave Terra, mostrando se o PIB está aumentando mais rápido ou não, mas esquecemos de colocar o mostrador do tanque de combustível, para saber como estão as reservas, os recursos naturais.

Como exemplo de contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, ele citou o naufrágio do navio petroleiro Exxon Valdez, no Alasca, que elevou o PIB da região devido à contratação de empresas para limpar a costa.

— Na metodologia atual, a poluição é ótima para a economia. Destruição ambiental aumenta o PIB, que calcula apenas o volume de atividades econômicas, e não se são atividades úteis ou nocivas — explicou.

O professor citou ainda como exemplo o resultado do trabalho da Pastoral da Criança em saúde preventiva. Onde a rede de atendimento atua, disse, houve redução da mortalidade infantil em 50% e as hospitalizações caíram 80%.

— Com isso, menos crianças ficam doentes, melhorando o bem-estar das famílias. Mas essa eficiência da Pastoral da Criança reduz o PIB, pois reduz o consumo de medicamentos, o uso de ambulâncias e de serviços hospitalares.

Rio+20 discutiu assunto, lembra Viana

Autor do requerimento para realização do debate, Jorge Viana (PT-AC) destacou a criação, na Rio+20, de um grupo de especialistas encarregados de criar indicadores adequados ao desenvolvimento sustentável.

Questionado por Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a construção de novos indicadores,

Dowbor disse considerar que eles devem apurar os dados cidade por cidade, para nortear políticas públicas adequadas.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), observou que os novos índices devem permitir que se conheça a melhoria na qualidade de vida das pessoas

e o legado que está sendo deixado às futuras gerações.

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que os números do PIB não revelam os avanços conquistados no Brasil. Anibal Diniz (PT-AC) criticou o uso isolado do PIB, em especial por não mostrar a diversidade de situações existentes no país.

Programa poderá ajudar a fixar pesquisadores na Amazônia

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, defendeu ontem no Senado o estímulo à formação e fixação de doutores na Amazônia. Nesse sentido, informou que o governo deve criar este ano o Programa Ciência Inovadora, que complementa o Ciência Sem Fronteiras e está em fase final de detalhamento.

— Precisamos estimular os pesquisadores. Será impossível haver crescimento no país sem investir no desenvolvimento da Amazônia.

Ao participar do Fórum de Reitores das Universidades da Amazônia — que debateu estratégias para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação na região —, Raupp defendeu a associação

de iniciativas do governo com programas de investimento tocados por órgãos regionais.

Na avaliação de João Capiberibe (PSB-AP), que presidiu o fórum, a Amazônia é invisível à sociedade brasileira apesar de seu tamanho e precisa de ações para superar a invisibi-

lidade e fomentar o desenvolvimento local.

Segundo o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, Emmanuel Tourinho, a região contribui com 10% do PIB e recebe 5% dos recursos destinados à ciência e tecnologia.

— A Amazônia está investido nos estados desenvolvidos — disse

Para ele, as dificuldades para manter novos doutores na região estão ligadas à falta de investimento e de recursos destinados aos profissionais. Há menos de 4 mil atuando

na Amazônia, de um total de mais de 70 mil no país.

Tourinho sugeriu a instituição de uma bolsa de pesquisa no valor de R\$ 3 mil. Também pediu a destinação de parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para fomentar pesquisas na região.

Ennio Candotti, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), avaliou que um dos problemas para fomentar o desenvolvimento local é a falta de coordenação entre ministérios e planos de governo.

Também participou do encontro o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Amaro Lins, que representou o ministro Aloizio Mercadante.



Senador Capiberibe (2º à esq.) preside o fórum, que contou com o ministro Raupp (E), Tourinho (UFPA) e Candotti (SBPC)

Esforço concentrado deve votar emendas à Constituição

Waldemir Barreto/Agência Senado



O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), acredita ser possível aprovar nesta se-

mana de esforço concentrado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/11, batizada de PEC dos Precatórios, que amplia até 31 de dezembro de 2012 o prazo para estados, Distrito Federal e municípios aderirem ao regime especial de pagamento de precatórios. Assim, os municípios são obrigados a destinar de 1% a 1,5% das receitas correntes líquidas ao pagamento dos precatórios. Para os estados, o percentual é de 1,5% a 2%. O prazo de adesão terminou em 10 de março de 2010 e o governo quer prorrogá-lo.

Já a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/11, que autoriza o Poder Judiciário a criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região de Minas Gerais, deverá ter mais dificuldade para passar pelo Plenário. A proposta, de Clésio Andrade (PMDB-MG), está pronta para ser votada em primeiro turno, mas encontra resistência porque colocar um mandamento constitucional na condicionante (“poderá criar”) abre um precedente delicado, segundo Braga.

Tipificação de crimes cibernéticos pode ter decisão

O Plenário pode votar esta semana o projeto de lei (PLC 35/12) que tipifica crimes cibernéticos. O texto tem interesse do governo, segundo o relator da matéria e líder do governo, Eduardo Braga. A proposta prevê pena de detenção de 3 meses a 1 ano, além de multa, para quem invadir computadores com objetivo de adulterar, destruir ou obter informações sem autorização do titular.

A proposta precisa de alguns ajustes que estão sendo negociados com o Ministério da Justiça e com a Casa Civil. A intenção é votar a proposta na Comissão de Ciência e Tecnologia hoje e, se houver acordo, em Plenário esta semana.

Nos próximos 30 dias, o Congresso Nacional receberá os projetos de autoria do Executivo que criam novo marco regulatório para a mineração, segundo o vice-líder do governo no Senado, Gim Argello (PTB-DF).

Proposta também aumenta auxílio emergencial do Programa de Resposta a Desastres, que beneficia, só no Nordeste, 500 mil famílias

Senado aprova crédito para cidades em situação de calamidade pública

SEGUIU À SANÇÃO presidencial o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/12, oriundo da Medida Provisória 565/12, que permitiu a abertura de crédito para os setores produtivos de municípios em calamidade pública. O texto foi aprovado com emendas pelo Plenário.

Com a nova regra, o Executivo fica autorizado a instituir linha de crédito especial com os fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

A proposta também altera o valor do auxílio emergencial do Programa de Resposta a Desastres. De R\$ 300 passa para R\$ 400, com parcelas mínimas que irão de R\$ 60 para R\$ 80. Só no Nordeste, o auxílio poderá beneficiar mais de 500 mil famílias, em especial aquelas não cobertas pelo Programa Garantia-Safra.

Emenda de Vital do Rêgo (PMDB-PB) aceita pelo relator, Walter Pinheiro (PT-BA), prevê repactuação das dívidas com a Previdência Social por parte das prefeituras municipais, com adiamento do pagamento em períodos de calamidade.

Benefício

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), o projeto dará conta das necessidades da população rural, em especial a do Nordeste, atingida por severas estiagens. Ele destacou que a medida contém dispositivo que favorece os servidores do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), ao lhes garantir o pagamento de um benefício social instituído em 1987, cujo percentual incide sobre os rendimentos básicos deles. O benefício vinha sendo questionado judicialmente desde sua implementação, no governo Sarney (1985-1990).

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ser favorável à proposta, mas apelou à maioria governista para que a presidente Dilma Rousseff não vete emenda de Paulo Bauer (PSDB-SC) que



Projeto foi relatado por Walter Pinheiro, que acatou, entre outras, emenda prevendo repactuação de dívidas municipais

estabelece linha de crédito especial para produtores de mais de 500 municípios da região Sul atingidos por estiagem que teve início em novembro de 2011 e se prolongou até a edição da MP 565/12. Bauer cumprimentou Pinheiro e disse que ele teve sensibilidade ao acatar a emenda que beneficia pequenos produtores do Sul.

Para Lídice da Mata (PSB-BA), a MP também é urgente por incorporar a prorrogação, para 31 de dezembro de 2013, dos prazos que permitem viabilizar renegociação dos débitos do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira da Bahia, atingida pela praga da vassoura-de-bruxa.

Wellington Dias (PT-PI) disse que a proposta foi melhorada na Câmara dos Deputados. Segundo ele, a seca afeta a economia nordestina e provoca prejuízos da ordem de R\$ 2 bilhões só no Piauí.

José Pimentel (PT-CE) saudou o perdão das dívidas de 600 mil pequenos proprietários nordestinos, cuja execução judicial só interessava a cartórios e advogados. O senador disse que as dívidas não tinham como ser pagas, tendo em vista que não houve safra em 2012 por causa da seca. O fim da execução dessas pequenas dívidas também foi defendido por Benedito de Lira (PP-AL).

Na pauta de hoje, ajuda a municípios atingidos por seca ou enchentes

A discussão e a votação da medida provisória (MP 569/12) que destina recursos para atender as populações de municípios atingidos pela seca e por chuvas intensas deve ocorrer hoje. A MP abre crédito extraordinário para os ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R\$ 688,49 milhões.

Durante a discussão da matéria ontem, o líder do governo, Eduardo Braga, pediu ao relator-revisor da proposta, Benedito de Lira, parecer sobre a matéria. À medida provisória foram apresentadas nove emendas. De acordo com Benedito, as negociações sobre o texto estão em curso, motivo pelo qual ele pediu o adiamento da deliberação para hoje.

Senadores elogiam projeto e se preocupam com possíveis vetos

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) saudou o projeto, mas alertou que ele não resolve definitivamente os problemas de financiamento rural na região do semiárido.

— A seca, como desastre climático, é perversa porque é silenciosa, diferente de uma enchente, que provoca danos visíveis e imediatos — afirmou o senador.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o projeto aperfeiçoa o marco legal dos fundos constitucionais e vai atenuar a crise social e as angústias da população rural até a chegada das chuvas.

Sérgio Souza (PMDB-PR) também enalteceu emenda de Paulo Bauer que beneficia os produtores do Sul. Ele lembrou que os prejuízos da seca ultrapassaram R\$ 20 bilhões nos dois últimos anos, e que o Paraná é o segundo estado em número de agricultores familiares no Brasil, perdendo só para Minas Gerais.

Para o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), a medida impulsiona a capacidade de investimento do setor rural nordestino.

Antonio Carlos Valadares

(PSB-SE) ressaltou que a participação do Nordeste no produto interno bruto (PIB) nacional cresce cada vez mais e já totaliza 13,5%.

Walter Pinheiro observou que o projeto institui mudança do marco com o uso dos fundos constitucionais e permite a resolução de problemas cruciais. O relator salientou que foi possível trabalhar com um auxílio financeiro para atender com uma bolsa-estiagem as famílias não assistidas pelo Programa Garantia-Safra, adotado no socorro de milhares de famílias do país.

Em aparte, José Agripino (DEM-RN) manifestou preocupação com eventuais vetos presidenciais ao projeto, que também foi saudado por Paulo Paim (PT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Ana Amélia (PP-RS). Renan Calheiros (PMDB-AL) cumprimentou Pinheiro pelos avanços para renegociação e suspensão da execução das dívidas de pequenos agricultores nordestinos.

— É absolutamente sem sentido qualquer veto ao projeto — disse Renan.

Comissão aprova exigências ambientais especiais para empreendimentos longos

O processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que vão operar num prazo acima de 25 anos deverá levar em conta as recomendações e diretrizes do Plano de Ação Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas. É o que determina projeto (PLS 32/08) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Apresentada pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas, a proposta aperfeiçoa a legislação que trata da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81).

A matéria foi aprovada com relatório favorável de Aníbal Diniz (PT-AC). Agora, o texto será examinado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e deve depois passar pelo Plenário.

Venda de lanche ou refeição rápida com brinquedos poderá ser proibida

Comissão aprova projeto que veda prática comum em lanchonetes *fast-food*. Objetivo é proteger o público infantil do consumismo

AS LANCHONETES PODEM ficar impedidas de associar a venda de produtos do cardápio a brindes, brinquedos, objetos de apelo infantil ou bonificações dirigida ao consumidor. É o que estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O autor, Eduardo Amorim (PSC-SE), afirma que o principal objetivo da proposta (PLS 144/12) é proteger o público infantil, maior alvo de campanhas mercadológicas que promovem esse tipo de venda casada.

“Em muitos casos, a criança nem está com fome, simplesmente pede ao pai que compre o lanche para receber o brinde. Esse tipo de *marketing* cria uma lógica de consumo prejudicial e incentiva valores distorcidos, além de hábitos alimentares prejudiciais à saúde”, diz o senador. Para Amorim, a decisão de consumir alimentos deve ser tomada com base na qualidade da dieta, não podendo ser ofuscada pelo impulso ou desejo pela posse de um brinquedo ou qualquer outro objeto com apelo infantil.

A proposta será enviada agora para análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em seguida, irá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

O relator, Anibal Diniz (PT-

AC), destacou que as normas de consumo já tratam como publicidade abusiva propagandas que se aproveitam do julgamento imaturo e da pouca experiência das crianças.

Durante o debate na CMA, Sérgio Souza (PMDB-PR) apontou males à saúde, como obesidade e problemas cardiovasculares, causados ou potencializados pelo consumo excessivo de refeições padronizadas de *fast-food*, normalmente compostas por sanduíche, batatas fritas e refrigerante e, em média, com um total de 1.000 calorias.

Cerrado

Na reunião de ontem, a CMA aprovou ainda sugestão de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que preside a comissão, para um debate sobre a realidade do bioma Cerrado. Deve participar, entre outros convidados, o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Brandão Cavalcanti.

Outro requerimento acolhido sugere que a CMA realize a exposição *Cerrado Vivo*, de 11 a 28 de setembro, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado. Na abertura, deve ser lançada a reedição do livro *Arborização Urbana do Distrito Federal*.

Os eventos integrarão as homenagens ao Dia Nacional do Cerrado, comemorado em 11 de setembro.



Lanchonete em Piracicaba (SP): brindes atraem sobretudo público infantil

Projeto prevê que licença de veículo informe quilometragem

A inclusão da quilometragem rodada no Certificado de Licenciamento Anual (CLA) dos veículos pode passar a ser obrigatória, caso se torne lei projeto aprovado ontem na CMA.

A intenção da proposta (PLC 112/11), do deputado Jefferson Campos (PSD-SP), é evitar a adulteração de hodômetros, feita para reduzir a quilometragem registrada de veículos usados que serão comercializados.

O projeto segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votado em decisão

terminativa. Não havendo recurso para exame em Plenário, será remetido para sanção presencial.

Para o relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), a medida resultará em maior proteção aos consumidores de veículos usados sem gerar novos custos, pois será incorporada aos procedimentos de vistoria anual (inspeção veicular periódica) já determinados pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97). O senador apresentou apenas emenda de redação para que a finalidade do projeto fosse declarada na ementa.

Rodrigo Rollemberg registra recorde de participação na Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) destacou ontem a participação de 19 milhões de alunos na 8ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, a maior desde a criação do evento, em 2005. O senador lembrou ter coordenado a 1ª Olimpíada, como secretário de Ciência e Tecnologia do governo Lula, quando participaram 8 milhões de alunos.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Rollemberg disse que o número deste ano é três vezes maior que o verificado nos Estados Unidos.

— A iniciativa ultrapassou a fase do efeito novidade, conquistando estabilidade como projeto nacional escolar — afirmou, ao elogiar o ex-presidente Lula e o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Eduardo Campos, hoje governador de Pernambuco.

Paim destaca relação entre escolaridade e nível social e pede mais investimento na educação básica

Paulo Paim (PT-RS) comentou ontem estudos que revelam a relação entre escolaridade e perfil socioeconômico. Um deles, produzido por Naercio Menezes e Alison de Oliveira, da Universidade de São Paulo, indica que cerca de 40% da queda da desigualdade no mercado de trabalho se deve ao aumento da escolaridade dos mais pobres nos últimos anos.



Waldemir Borreto/Agência Senado

O senador destacou, no entanto, dados do Banco Mundial que indicam que países desenvolvidos gastam com o estudante universitário duas vezes mais que com o aluno do ciclo fundamental. No Brasil, a proporção é de seis para um. — A educação básica deve tornar-se prioridade, estabelecer o foco no aluno e implantar melhor gestão de recursos.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ex-diretor de autarquia admite ter pedido dinheiro para campanha de Dilma, mas nega benefícios à Delta. Também minimiza acusação contra tucanos e se diz vítima de complô

Pagot: “Pedi verbas para campanha do PT a empresas ligadas ao Dnit”

O EX-DIRETOR-GERAL DO Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot depôs ontem por mais de oito horas na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista do Cachoeira.

Pagot admitiu ter procurado empresas contratadas pelo Dnit (autarquia que, em 2012, comanda um orçamento de R\$ 15 bilhões) para que fizessem doações à campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República, em 2010. Pagot disse ter sido procurado pelo então tesoureiro da campanha de Dilma, deputado José de Filippi (PT-SP), e lhe mostrou uma lista de 369 companhias, possíveis doadoras, que tinham contrato em vigor com o Dnit à época.

— Filippi me pediu os nomes de 30 ou 40 empresas para apresentar pedidos de doação. Acreditei que não estava cometendo nenhuma irregularidade, até porque de modo nenhum associei contribuições de campanha a qualquer ato administrativo do Dnit — afirmou.



Luiz Pagot (E) depõe à CPI, ao lado do deputado Paulo Teixeira, do senador Vital do Rêgo e do deputado Odair Cunha

A justificativa não convenceu os parlamentares da oposição, que lamentaram a não convocação de Filippi pela CPI. De acordo com Pagot, as doações podem ter chegado a R\$ 6 milhões. Ele garantiu que todos os valores foram devidamente declarados e vieram de companhias de médio porte, uma vez que os pedidos

às empresas maiores seriam feitos pelo comitê central da campanha à Presidência.

O ex-chefe do Dnit admitiu aos parlamentares que não agiu de modo ético.

— Na ocasião não achei que estivesse fazendo algo errado, mas, posteriormente, fiquei constrangido — confessou.

Ele ressaltou que todas as

atividades do Dnit são alvos de fiscalização permanente e dependem de diretoria colegiada, formada por sete membros.

Pagot assumiu o cargo de diretor-geral do Dnit em 2007 e foi afastado em 2011, após denúncias de irregularidades que forçaram também a saída do então ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

Ex-diretor responsabiliza “complô” por sua demissão

Luiz Antônio Pagot disse ainda, em seu depoimento à CPI, acreditar que quiseram derrubá-lo pela sua atuação no comando do Dnit.

Ele atribuiu a destituição da direção da entidade a “um complô” do então diretor da construtora no Centro-Oeste, Cláudio Abreu, e de Carlos Cachoeira, do qual ele teria sido vítima. Pagot afirmou que “não dava vida boa” a nenhuma empresa nem a prestadores de serviço e que nunca foi conivente com desmandos ou atos de corrupção.

— Eu era exigente e chamava a atenção constantemente para a correta execução de obras e para a manutenção de

cronogramas. E a Delta, desde o primeiro trimestre de 2010, já vinha apresentando problemas. Na BR-116, no Ceará, por exemplo, havia subcontratado uma empreiteira local sem autorização. Na BR-104, em Pernambuco, a Delta queria aditivo de preço, o que não foi aceito. Na BR-101, no Rio de Janeiro, a empresa não cumpria o cronograma e dava desculpas. Isso foi gerando um dissabor, principalmente, no Cláudio Abreu [diretor regional da empresa] — afirmou.

Ele disse que ficou “extremamente estarecido” primeiro com o afastamento e depois com a exoneração da direção do Dnit.

“Denúncias contra o PSDB foram conversa de botequim”

Na CPI, Luiz Antônio Pagot minimizou as supostas acusações que fez sobre o desvio de recursos públicos para caixa dois de campanhas eleitorais do PSDB, também em 2010. Ele confirmou que houve grande insistência para aprovação de um aditivo de R\$ 260 milhões para a finalização do trecho sul do Rodoanel de São Paulo. Segundo ele, os “pedidos insistentes” vinham principalmente de Paulo Vieira de Souza, diretor da Dersa, responsável pela manutenção e pela construção de rodovias no estado.

— Estava em um restaurante quando um conhecido me informou para ter cuidado, pois o aditivo era para contribuir

para campanhas de José Serra, Geraldo Alckmin e Gilberto Kassab. Apenas relatei o fato a um repórter da revista *IstoÉ* e deixei claro que era conversa de botequim, de bêbado, e que eu não poderia provar. Posteriormente, o repórter usou as palavras que ele quis e não o que eu disse — afirmou.

Pagot disse que, naquela oportunidade, “quis apenas demonstrar ao repórter o tipo de pressão que sofre o diretor de uma autarquia como o Dnit”. Segundo Pagot, que não quis revelar o nome do amigo que lhe dera o aviso, “o Dnit não desembolsou nem um centavo a mais do que o R\$ 1,2 bilhão previsto inicialmente”.

EX-MINISTRO HÉLIO COSTA É ACUSADO DE FAZER AMEAÇA

Pagot disse ainda à CPI que foi ameaçado e constrangido pelo ex-ministro das Comunicações Hélio Costa, então candidato ao governo de Minas Gerais, em 2010, que também foi lhe pedir indicações de empreiteiras.

— Informei que não poderia ajudá-lo e ele, diante de minha firme negativa, ameaçou-me, dizendo que, depois de eleito governador, sua primeira atitude seria me tirar do comando do Dnit — acusou.

IDELI NEGA TER PEDIDO NOMES DE EMPRESAS PARA CAMPANHA

O ex-diretor do Dnit também falou sobre a atual ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

— Ideli me procurou para tratar de três convênios relacionados a Santa Catarina. No fim da reunião, ela me informou que era candidata ao governo daquele estado e precisava de indicações de empresas para buscar recursos, mas respondi que não poderia ajudar — afirmou Pagot. Ainda ontem, a ministra divulgou nota oficial desmentindo o fato.

DEMÓSTENES TERIA PEDIDO OBRAS DO DNIT PARA A DELTA

Sobre o senador cassado Demóstenes Torres, Pagot admitiu que jantou na casa dele duas vezes. No segundo encontro, em fevereiro de 2011, também estavam presentes o então dono da Delta, Fernando Cavendish, e o diretor regional da companhia, Cláudio Abreu.

— Demóstenes falou que tinha dívidas com a Delta e precisava de alguma obra “com o carimbo dele” para a empresa, chegando a citar as BRs -242 e 080, ambas em Mato Grosso. Descartei a possibilidade.

PAGOT DIZ QUE DESCONHECIA ESQUEMA DELTA-CACHOEIRA

“Enquanto fui diretor do Dnit, nunca ouvi falar em Carlos Cachoeira. Só fui saber do relacionamento entre ele e a Delta pelos jornais”, afirmou Pagot à CPI. Ele também disse não conhecer Wladimir Garcez, ex-vereador de Goiânia acusado de ser braço direito de Cachoeira, nem Giovanni Pereira da Silva, apontado em outros depoimentos como contador do grupo criminoso.

EMPRESÁRIO PAULISTA SE RECUSA A FALAR À CPI

O empresário paulista Adir Assad, segundo depoente de ontem na CPI, reivindicou o direito de ficar em silêncio. O proprietário das empresas JSM Terraplenagem e SP Terraplenagem, que teriam recebido aproximadamente R\$ 48 milhões da Delta para pagar propinas e financiar campanhas, foi beneficiado por um *habeas corpus*. Adir foi rapidamente dispensado pelo presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Cavendish consegue *habeas corpus* para ficar calado

O empresário Fernando Cavendish, ex-presidente da Delta, conseguiu no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de permanecer em silêncio no depoimento marcado para hoje na CPI do Cachoeira. No entanto, ele terá de comparecer à reunião, pois o pedido de dispensa foi negado pelo relator do *habeas corpus*, ministro Cezar Peluso. A Delta é acusada pela Polícia Federal de envolvimento no esquema de corrupção e desvio de dinheiro público atribuído a Cachoeira.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que já há elementos suficientes para que a CPI peça o indiciamento de Cavendish por corrupção ativa e formação de quadrilha.

— Está patente para mim que a Delta é a cabeça de um esquema de corrupção com tentáculos em praticamente todos os estados do país — comentou.

A CPI também convocou para hoje Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da Dersa, estatal responsável por rodovias no estado de São Paulo.

Simon acusa CPI de não investigar corruptores

No depoimento de Pagot, Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a criticar a CPI, dizendo que a bancada governista maneja para evitar que o ex-diretor do Dnit depusesse enquanto ameaçava fazer revelações comprometedoras.

— O momento de o senhor falar era aquele, quando estava ressentido. Hoje a água esfriou, a CPI já saiu da capa de jornal — disse Simon para Pagot.

Simon disse que a CPI perde a oportunidade na história política do país de investigar seriamente os corruptores.

— A CPI não quis fazer. E mais triste: houve um acordo com vários partidos.

Para o senador, Cavendish ficará calado no depoimento de hoje.

O relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), respondeu que o colegiado está investigando os fatos. O vice-presidente, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), reafirmou a seriedade das investigações. O deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF) respondeu a Simon que o PMDB está empenhado em cobrar explicações.

Dornelles: criação de "Segurobrás" é um retrocesso

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse ontem que a criação de uma nova estatal de seguros, prevista na MP 564/12, trará enorme retrocesso ao mercado de seguros e resseguros do Brasil. A MP já foi aprovada pela Câmara como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 19/12.

— A existência do monopólio estatal de resseguro que vigorou por muitos anos no Brasil provocou um enorme atraso. Se admitir uma "Segurobrás", a presidente Dilma abrirá espaço para o retrocesso estatizante — disse o senador, que leu editorial de *O Globo* contrário à criação da estatal.

A Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias, criada pela MP, poderá atuar em qualquer área do mercado, comprar participações em empresas privadas e ser dispensada de concorrer em licitações promovidas por instituições públicas.



José Cruz/Agência Senado

Câmbio de até US\$ 10 mil pode ficar livre de contrato

Autor de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, Francisco Dornelles diz que medida contribui para dinamizar o turismo e atender as necessidades de grandes eventos esportivos no país

PODE ACABAR A obrigatoriedade de contrato nas operações de compra e venda de moeda estrangeira com valores de até US\$ 10 mil, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto também autoriza o Poder Executivo a aumentar esse valor, sempre que necessário, por ato normativo.

A proposta (PLS 16/12) apresentada por Francisco Dornelles (PP-RJ) altera a Lei de Remessa de Lucros (Lei 4.131/62) para facilitar

a compra de reais por parte de não residentes no Brasil que estejam em viagens de negócios ou em visita turística.

Segundo Dornelles, o projeto também beneficiará os brasileiros que precisem remeter recursos ao exterior ou comprar moeda estrangeira para uso em viagens internacionais.

Na justificativa da matéria, o senador argumenta que a Lei de Remessa de Lucros fixou o limite para desburocratização das operações cambiais em

US\$ 3 mil, valor que Dornelles considera muito reduzido.

Além de dinamizar o turismo, a ampliação para US\$ 10 mil, contribui, na opinião dele, para atender as necessidades de grandes eventos esportivos previstos para o país, como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016).

O projeto, que recebeu parecer pela aprovação também da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), segue para apreciação na Câmara dos Deputados.



Delcídio do Amaral, Jorge Viana e José Agripino na sessão da CAE que aprovou projeto de Dornelles: texto segue à Câmara

José Cruz/Agência Senado

Suplicy elogia negociação entre a Colômbia e as Farc

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem voto de aplauso ao presidente colombiano,



Waldemir Barreto/Agência Senado

Juan Manuel Santos, por ter retomado as negociações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e com o Exército da Libertação Nacional (ELN), visando à obtenção de um acordo de paz.

— Trata-se de uma notícia extremamente alvissareira e há muito esperada — disse.

Suplicy explicou que a luta armada na Colômbia existe desde 1948, mas acentuou-se nas últimas duas décadas, opondo, de um lado, as Farc e o ELN e, do outro, o exército colombiano e grupos paramilitares.

O senador ressaltou que a Colômbia possui o maior número de sindicalistas assassinados no mundo. Ele também lembrou o elevado número de assassinatos de estudantes, civis e advogados.

— Nos últimos 20 anos, morreram mais de 70 mil pessoas, a maioria civis, como consequência das hostilidades — disse.

Lista negra de clientes pode gerar detenção e multa

A conduta de algumas empresas de manter em seus bancos de dados, por mais de cinco anos, informações negativas relativas a clientes inadimplentes ou em litígio judicial poderá ser punida com detenção de 3 meses a 1 ano, além de multa. A medida está prevista em projeto aprovado ontem na CAE.

De autoria de Ana Amélia (PP-RS), a proposta (PLS 209/12) considera as chamadas listas negras internas como crime contra as relações de

consumo. Segundo a senadora, o artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor, que disciplina os bancos de dados sobre consumidores, segue sendo burlado, pois estabelece que "os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos".

Entretanto, diz Ana Amélia, as instituições financeiras

mantêm a prática de deixar em cadastro perpétuo todo correntista com passado inadimplente ou que tenha ingressado na Justiça contra a empresa. E o mais grave, acrescentou, é que as listas também existem nas instituições sob controle estatal, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O projeto será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Ana Amélia defende free shops em cidades gêmeas



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem a aprovação de projeto que autoriza a instalação de *free shops* em municípios de fronteira que são cidades gêmeas de outras em países da América Latina.

No entanto, Ana Amélia, que é relatora da proposta (PLC 11/12), disse entender a postura do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), ao pedir que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional adie a análise do texto. O senador quer adequações na matéria, que tem a oposição da Receita Federal. A discussão deve ser retomada em 11 de setembro.

— Entendo que é preferível dar um passo atrás para conseguir dar dois à frente — afirmou a senadora.

Cidinho cobra benefício que desonera frigoríficos



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cidinho Santos (PR-MT) saudou ontem a passagem do Dia do Avicultor e cobrou a sanção presidencial da Medida Provisória 563/12, que prevê incentivos fiscais para diversos setores e desonera a folha de pagamento dos frigoríficos.

— A avicultura não pode esperar, pois, com o milho custando muito caro, podemos ver o desabastecimento do mercado de frangos, ao mesmo tempo em que os preços disparam. Ruim para o produtor, ruim para o consumidor — afirmou.

O senador citou a crise financeira internacional e disse que "algumas nuvens pairam sobre o setor de avicultura", mas contestou informação de que o preço do frango está subindo para o consumidor final.

Aprovada vinculação para a saúde de 10% da receita da União

A CAE aprovou ontem a vinculação a ações e serviços de saúde pública de 10% das receitas correntes brutas da União.

A decisão contrariou o relatório preparado por Marta Suplicy (PT-SP) e lido por Francisco Dornelles (PP-RJ). Os senadores acompanharam voto em separado de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O texto acolhido pela comissão, que será agora votado pelo Plenário, obriga a União a elevar gradualmente os gastos com saúde pública até atingir o mínimo de 10% no prazo de quatro anos.

O relatório de Dornelles considerava a matéria prejudicada, por ter sido objeto de outro projeto (PLS 121/07), já convertido na Lei Complementar 141/12.

Flexa argumentou que em 2000 a União arcava com 60% do total dos gastos públicos brasileiros em saúde. Em uma década, essa parcela caiu para 45%, enquanto os estados aumentaram sua parcela de 18,5% para 27%, e os municípios, de 21,7% para 28,4%.

Saúde está em estado de calamidade, afirma Paulo Davim

Paulo Davim (PV-RN) saudou a posse da nova diretoria da Federação Nacional dos



Waldemir Barreto/Agência Senado

Médicos, ressaltando que o potiguar Geraldo Ferreira Filho tornou-se presidente da entidade. É a primeira vez que um nordestino assume o cargo, disse. O senador alertou para a "situação conturbada" que os novos dirigentes da entidade enfrentarão.

A saúde pública do país está em estado de calamidade, afirmou. Segundo Davim, o poder público precisa lançar um "olhar misericordioso" sobre o atendimento.

— Em meu estado a saúde está em calamidade. Os hospitais públicos padecem de uma carência inexplicável, inaceitável, que chega às raias da imoralidade. A saúde pública precisa ser prioridade para os governos, até porque quem precisa dela são os pobres — afirmou o parlamentar.

Para o senador, a precariedade dos hospitais públicos afronta a dignidade do povo brasileiro.